

A pobreza multidimensional dos feirantes na Feira da Madrugada em Fortaleza-CE

Modalidade: (x) Texto Completo () Texto em andamento () Resumo expandido

Resumo

O objetivo dessa pesquisa foi descrever a pobreza multidimensional dos feirantes ambulantes da Feira da Madrugada localizada na cidade de Fortaleza-CE. Neste estudo, a pobreza multidimensional é também utilizada como lente teórica para captar as condições de vida em que esses trabalhadores estão inseridos. Tratou-se de uma pesquisa de campo e os dados foram coletados em 2025 para o desenvolvimento de trabalho de conclusão de curso (TCC) em Administração. Aplicou-se questionário com perguntas fechadas junto aos feirantes e a estratégia de análise foi a estatística descritiva básica. Os resultados indicaram que a população da feira reflete a marginalização dos trabalhadores de rua, revelando como a informalidade se alinha à pobreza por meio da privação de acesso à moradia, educação, saúde, alimentação e proteção social.

Palavras-chave: Pobreza; Feira da Madrugada; Feirantes, Fortaleza, Informalidade

Abstract

The objective of this research was to describe the multidimensional poverty of street vendors at the Feira da Madrugada (Fair of Madrugada) in Fortaleza, Ceará. This study also uses multidimensional poverty as a theoretical lens to capture the living conditions of these workers. This field study involved data collection in 2025 for the development of a final project in Business Administration. A questionnaire with closed-ended questions was administered to the vendors, and the analysis strategy was basic descriptive statistics. The results indicated that the market's population reflects the marginalization of street vendors, revealing how informality is linked to poverty through the deprivation of access to housing, education, healthcare, food, and social protection.

Keywords: Poverty; Informal Economy; Street Vendors; Fortaleza; Informality

1. INTRODUÇÃO

A formação da Feira da Madrugada deu-se no centro da cidade de Fortaleza, estado do Ceará, em uma via que fazia conexão com a Vila de Messejana, inicialmente, com artesãos que ali se localizaram para comercialização de seus produtos. Com isso, vários outros segmentos começaram a instalar-se na feira, como alimentação e vestuário, diversificando e elevando a feira como ponto de comercialização de produtos a preços baixos, especialmente para a classe trabalhadora, que experimentou, na época, o processo de industrialização da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Dentro desse contexto, o comércio formal iniciou um movimento de pressão ao Estado pra retirada dos feirantes, por entenderem que o mercado informal estava concorrendo de forma desleal (Sampaio, 2020).

As feiras de confecções, então, iniciam a sua formação a partir da aglomeração de produtores autônomos, que comercializavam produtos voltados à classe popular, devido à caracterização da baixa qualidade das peças produzidas, normalmente inspirados e/ou copiados através das mídias que influenciam a massa (novelas ou tendências já lançadas por marcas de renome no mercado (Sampaio, 2020).

Esse tipo de trabalho para os feirantes, além de uma alternativa para sobrevivência e garantia da renda, é uma opção para viabilizar melhores ganhos financeiros, frente às limitações

que o trabalho formal apresenta. Nota-se que expectativas são criadas a partir da possibilidade de iniciar um processo de mobilidade social utilizando o trabalho informal como meio, elevando o acesso a serviços básicos através do incremento da renda, reduzindo a pobreza do ciclo geracional da família do feirante.

Para o presente trabalho, iremos utilizar a pobreza multidimensional sob a ótica da abordagem das capacitações, onde Araújo, Morais e Cruz (2013) abordam a contribuição para o entendimento de pobreza como a privação de capacitações básicas, não utilizando apenas a renda como marco de avaliação do índice de pobreza de um determinado grupo social. A metodologia de análise da pobreza multidimensional foi desenvolvida pelo economista indiano Amartya Sen, com objetivo de olhar a pobreza pelas diversas dimensões sob a ótica da privação de liberdades individuais, onde a pobreza vai para além dos indicadores da renda, considerando aspectos que são importantes para a qualidade de vida dos indivíduos. Para o estudioso, o aspecto renda é fundamental para a conquista de outras liberdades, mas não o suficiente para tirar um indivíduo ou mais da condição de pobreza, uma vez que cada indivíduo possui necessidades e liberdades temporais que podem ou não estar dentro dos parâmetros da renda.

As inquietações relacionadas a pobreza multidimensional, nos leva a refletir sobre questões sociais mais profundas, rodeadas de dúvidas acerca das reais condições de vida em que os trabalhadores informais estão inseridos, bem como a condição de vida em que esses trabalhadores vivem. A partir da discussão apresentada supracitada, o objetivo desse artigo foi descrever a pobreza multidimensional dos feirantes ambulantes da Feira da Madrugada localizada na cidade de Fortaleza - CE.

O presente trabalho possui alta relevância para os estudos em administração, considerando suas conexões com as temáticas de estudos organizacionais e estudos no trabalho. Um dos estudos que podemos citar em conexão com o presente trabalho é o trabalho desenvolvido por Pereira e Freire (2021), que aponta sobre o trabalhador por conta própria no agreste pernambucano. Outro estudo desenvolvido que possui conexão com este trabalho foi desenvolvido por Andrade (2022), que relata as nuances do empreendedorismo por conta própria em facções de jeans no Agreste de Pernambuco, e que buscou caracterizar a organização produtiva e o ambiente de trabalho.

Esse artigo está estruturado em cinco seções: esta introdução, aqui, apresentada; o referencial teórico, com a discussão acerca do polo de confecções do Ceará, a Feira da Madrugada em Fortaleza e a pobreza multidimensional. Logo em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos, a análise dos resultados e, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

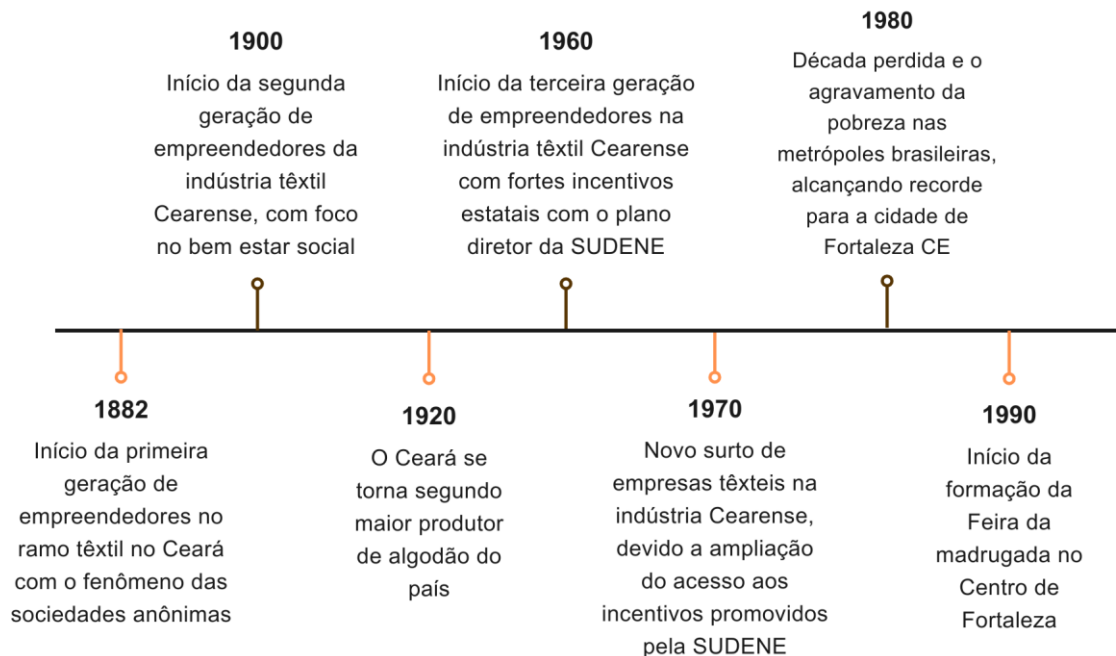
2.1 O polo de confecções do Ceará e a formação da Feira da Madrugada em Fortaleza

A constituição da Feira da Madrugada em Fortaleza tem relação direta com a origem e o desenvolvimento do polo de confecções de Fortaleza, especialmente com a cadeia têxtil-confecção. cujo ramo têxtil teve início nos anos 1882 (primeira geração de empreendedores) no Ceará. Na década de 1920, o estado se destacou na produção nacional de algodão e, mais adiante, é incluído no plano de desenvolvimento coordenado pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sendo beneficiado por incentivos fiscais para a instalação de grandes plantas industriais. O surgimento da feira da madrugada deu-se de forma estratégica pelos feirantes, já que próximo ao Centro da Capital existia o antigo porto de Iracema, onde era escoada a produção industrial do Estado, elevando a dinâmica comercial das imediações do porto, assim como a presença dos diversos galpões que atraíam o turismo de negócios para o Centro de Fortaleza. (SAMPAIO, 2020; ALVES, 2020).

A seguir, uma breve linha do tempo é apresentada para ilustrar os principais acontecimentos, no período de 1880 a 1990, que contribuíram com o desenho da atual indústria

têxtil e de confecção no estado do Ceará, e relevantes para o estudo e compreensão de sua estrutura para este estudo.

Figura 1: Linha do tempo do desenho industrial têxtil no Ceará



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Conforme Silva (2013), o comércio de rua tem se expandido nas últimas décadas em espaços públicos, caracterizado pela presença de trabalhadores informais, como camelôs, vendedores ambulantes e feirantes. Esse comércio estabelece intensas relações socioespaciais, transformando as cidades em cenários de reprodução social e do sistema capitalista. Esse fenômeno configura o chamado "circuito inferior" do comércio, predominante nos grandes centros urbanos, absorvendo, principalmente, trabalhadores desempregados provenientes do modelo de acumulação flexível do capital. Essa dinâmica traz diversas implicações para as novas formas de sobrevivência dentro do sistema capitalista.

No contexto do circuito inferior, Silva (2013) destaca que o comércio de rua apresenta uma via de fácil ingresso, sendo uma alternativa para trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, como aqueles que enfrentam dificuldades de reinserção no mercado de trabalho formal, imigrantes de outras regiões e pessoas com baixa qualificação profissional. Além disso, o trabalho informal atende a uma demanda de consumo das populações de menor poder aquisitivo, tornando-se um elemento essencial na dinâmica econômica desses territórios.

Na configuração do trabalho e do comércio de rua, podemos trazer as feiras livres presentes nos centros urbanos, que segundo Mascarenhas (2008), no Brasil, possui moldes para atender ao mercado varejista, com periodicidade semanal e ponto de distribuição de produtos básicos e produtos alimentícios para a população, onde a territorialidade das feiras passam a ficarem submissas pelas arbitrariedades do poder público.

Ainda de acordo com Mascarenhas (2008), o que antes era visto como símbolo de modernidade, higiene e progresso, especialmente durante o auge de seu surgimento e apoio pelo poder estatal, passou a representar precariedade e atraso no desenvolvimento de uma sociedade que almejava o "sonho americano". Isso contribuiu para a construção de uma visão negativa por parte do poder público em relação aos feirantes.

Mascarenhas (2008), afirma ainda que durante esse período, a opinião pública somada a diversas reportagens da mídia, passaram a enxergar as feiras como um grande problema para os centros urbanos, adjetivando-as como territórios de desconforto, do atraso, da poluição nas vias públicas, e como pontos de insegurança e interferência no fluxo normal do trânsito, enquanto os supermercados de auto – serviço, eram vistos como novo, belo e confortável, e o caminho para o alcance da vida Americana ideal, constituindo as feiras livres como um território desprezado por políticas que apoiem sua sustentabilidade e desenvolvimento.

Segundo Alves (2020), a Feira da Madrugada começou a se formar na década de 1990, impulsionada pelo movimento de trabalhadores informais que passaram a ocupar o espaço urbano no entorno da Catedral da Sé. Inicialmente, o local ficou conhecido como Feira da Sé. Com o crescimento da feira e a chegada de trabalhadores de diversos segmentos, surgiram os primeiros conflitos entre o poder público, os feirantes e outros agentes envolvidos na dinâmica do entorno, devido à comercialização de bens sob a informalidade.

Uma das características que marcam a formação da Feira da Madrugada é que o objeto de trabalho não é ilegal ou ilícito, trazendo dos órgãos governamentais a tolerância quanto a formação desse modelo de negócio bem como suas expansões em novos espaços com a chegada dos feirantes, impactando de forma relevante a urbanização do entorno, bem como na distribuição das atividades (Sampaio, 2020).

Com o crescimento do comércio informal de rua, a Prefeitura de Fortaleza iniciou negociações para regulamentar e intervir nas feiras, uma vez que essas atividades passaram a ocupar vias importantes do centro da cidade, especialmente nas proximidades da Praça da Catedral da Sé. Esse fenômeno está relacionado às transformações no processo de urbanização da capital cearense, que deixou de ser monocêntrica e passou por uma reconfiguração no uso dos espaços públicos, como praças, parques e vias. Segundo Alves (2020) esses locais tornaram-se atrativos para os trabalhadores informais devido ao intenso fluxo de pedestres, moldando o centro de Fortaleza como um "centro de periferia".

Alves (2020) ressalta que o centro de Fortaleza passa a estar vinculado ao trabalho informal, tornando a região um comércio de circuito inferior, sendo polo de alta atratividade para a população da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Esta se dirige à feira para satisfazer as necessidades de consumo, após o fenômeno da policentralização¹ comercial da capital, que compreende a descentralização das atividades comerciais, administrativas, e de serviços para outros polos urbanos.

A entrada da confecção no comércio de rua, a Feira da Madrugada leva o nome de shopping chão, devido aos vendedores de confecção comercializarem as mercadorias em lonas estendidas ao chão da Praça Pedro II. Após denúncias ao ministério público, inicia-se diversas intervenções do poder público com a feira, onde podemos citar a tentativa de remoção da feira da Praça.

Abaixo segue imagens que mostram como os comerciantes trabalham na feira, como a exposição de mercadorias, a improvisação das estruturas de apoio, que retratam a dinâmica de uma feira móvel ocupando o espaço público do Centro de Fortaleza.

Uma das principais intervenções do poder público, segundo Souza (2019), foi a definição de locais específicos para a comercialização de produtos, bem como a regulamentação dos horários de funcionamento, levando a antiga Feira da Sé a ser conhecida como Feira da Madrugada. Algumas das intervenções na feira trouxeram até os dias de hoje, tensões entre os feirantes e a comunidade no seu entorno, que vão desde conflitos existentes entre o poder

¹ Alves (2000), aborda a policentralização como um fenômeno onde o Centro urbano de Fortaleza fora fragmentado com a desconcentração das atividades econômicas, espalhando-se por diversas regiões da capital Cearense, levando a reurbanização da área Central da cidade.

público, com a presença do rapa (onde, ao início das fiscalizações, os feirantes comunicam-se sob a codificação “rapa”(fiscalização da prefeitura, com agentes da guarda civil municipal, e da polícia militar, realizada nos horários finais da feira, com apreensão de mercadorias dos feirantes que resistem em retirar seus itens das vias públicas), como também com o comércio que atua nos arredores da feira e o poder religioso.

Segundo Silva (2013), não há no estado do Ceará, nenhum outro local, além do centro de Fortaleza, que representa a importância deste local para o comércio de confecções sob o circuito inferior.

Com o tempo, a Feira da Sé tomou grandes proporções, com o visível aumento do número de trabalhadores. Atualmente segundo a PMF são mais de 3 mil vendedores podendo aproximar-se a quantia de 7 mil nos dias de intenso movimento. Fato que levou à Feira a expandir-se sobre outros espaços públicos, muitas vezes estendendo-se até as vias de 107 circulação (impedindo o fluxo da área) e sobre a calçada da Catedral da Sé, gerando uma série de transtornos e conflitos (Silva, 2013, p. 106-107).

A partir disso, segundo Silva (2013) a feira tem se tornando uma atividade que pode ser referência nacionalmente, pela proporção que tomou e pelo fato de ser responsável, de certa forma, pela transformação urbana no centro de Fortaleza.

Nos anos em que a Feira se consolidou, surgiram centros comerciais populares fixos como o conhecido Casarão das Sacoleiras e também o Shopping Fontenele Mall. A instalação de equipamentos como esse último aponta para uma particular relação na lógica organizacional da Feira da Sé, na qual muitos vendedores buscaram a legalização e a fixação no referido shopping, contudo o que se percebeu nos trabalhos de campo e nas entrevistas com alguns vendedores é que eles, mesmo fixados – seja no shopping, nos galpões ou nos 109 centros comerciais – não abrem mão de trabalhar na rua, alegando que as vendas ali são bem melhores (Silva, 2013, p.108- 109).

Esse contexto nos permite compreender por que as diversas iniciativas da Prefeitura Municipal de Fortaleza para eliminar a feira das imediações da Praça da Sé não obtiveram o efeito esperado. Segundo Souza (2019), entre essas iniciativas, destaca-se a construção do Centro Fashion, empreendimento desenvolvido por meio de uma parceria público-privada entre os anos de 2014 e 2015, com o objetivo de realocar os feirantes da Rua José Avelino.

Além disso, Alves (2020) ressalta outra tentativa da prefeitura: a transferência da feira da Praça da Sé para um terreno localizado no bairro José Walter. No entanto, a proposta enfrentou resistência por parte dos feirantes, principalmente devido à localização desfavorável. Como alternativa, a administração municipal optou por transferi-la para a cidade de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), em um espaço denominado Feira Center. Entretanto, a iniciativa não obteve êxito, pois a adesão dos compradores ao novo local foi insuficiente, levando os feirantes a retornarem ao centro de Fortaleza.

Outro fator que contribui para a configuração da Feira da Sé e dos espaços na Rua José Avelino é a resistência dos feirantes e os recorrentes conflitos com o “rapa”, conforme apontado por Alves (2020). Essa dinâmica resultou na apropriação de determinados espaços públicos por grupos específicos, que passaram a exercer controle sobre sua utilização e gestão. Como consequência, surgiu um mercado imobiliário informal, no qual ocorre a intermediação da compra, venda e aluguel de barracas, mesmo que estas estejam situadas em vias públicas. Os preços desses pontos variam conforme sua localização e tamanho, evidenciando a falta de intervenção do setor público na organização das feiras de maneira que contemplasse plenamente as necessidades dos feirantes.

Além disso, de acordo com Gonçalves (2014), a expressiva quantidade de trabalhadores ambulantes nos logradouros de Fortaleza reflete não apenas a importância dessa atividade econômica, mas também sua consolidação como alternativa de subsistência para indivíduos marginalizados pelo mercado formal de trabalho.

2.2 A pobreza multidimensional e seus indicadores

É evidente que a pobreza não possui uma definição única e universal (Barros; Henriques; Mendonça, 2000), e que o conceito e a definição do que é ser pobre pode divergir de acordo com o contexto, de acordo com as referências que são construídas dentro daquele campo, tornando-se um tema de amplos debates nos mais variados campos de estudo.

O tema da pobreza é adjetivado de uma alta complexidade em seu entorno, onde cientistas sociais buscam uma definição para o tema à mais de 200 anos, sem terem conseguido um consenso acerca do assunto. Segundo Costa (2008), o tema da pobreza vem abrangendo os parâmetros com base na renda, privação de capacidades e exclusão social, gerando diferentes interpretações sobre o fenômeno com base nos parâmetros colhidos. Tolosa (1990) reforça que a pobreza pode ser compreendida não apenas em sua dimensão econômica, somando também os aspectos sociais, culturais e biológicos, a fim de se ter uma melhor compreensão do fenômeno em campo. Tolosa (1990) traz que a pobreza pode ser entendida como pobreza absoluta ou relativa, e que ela precisa ser compreendida como a caracterização da negligência das diversas instituições de uma sociedade, e, segundo Escobar (2021), a fragilidade ou inexistência da dignidade humana e quebra dos direitos básicos de uma população.

Dentro do aspecto de análise renda, Costa (2008) aborda que a pobreza pode ser compreendida como pobreza absoluta, relativa ou moderada. Tolosa (1990), aborda que o aspecto renda traz à luz a interpretação de uma população e sua privação ao acesso à infraestrutura social adequada, bem como a deficiências nutricionais.

Tolosa (1990) ressalta que a pobreza absoluta ou extrema, consiste na ideia de fazer uma medição dos desvios de renda dos indivíduos, famílias e grupo em relação a linha de pobreza. Costa (2008), Tolosa (1990), (Barros et al., 2000), abordam que essa análise coloca como definição de pobre a ausência de alimentos (fome crônica), acesso a água potável, serviços de saúde e educação, e não possuem acesso a itens como vestimentas, e habitação, lazer e transporte, e que essa linha é equivalente a uma medida, permitindo que uma sociedade classifique uma população ou parte dela como pobre quem estiver abaixo dessa linha definida, limitando suas análises devido a unicidade do critério renda per capita ser utilizado como parâmetro de definição do que é ser pobre.

Para além da pobreza absoluta, podemos citar também a pobreza relativa de uma população, que: “costuma ser definida com a aferição de uma renda familiar baixa quando comparada aos indicadores da renda nacional, mas que não estejam necessariamente impactando a capacidade do indivíduo de suprir suas necessidades mais fundamentais” (Escobar, 2021, p. 12). Dentro dessa análise, segundo Costa (2008), a pobreza relativa traz que em países com a renda média elevada, os relativamente pobres não possuem acesso a equipamentos de cultura, entretenimento ou lazer. O acesso à educação e saúde também são comprometidos pela insuficiência de renda, somando-se a outros requisitos pra que essa população faça a mobilidade social.

Costa (2008) e Escobar (2021), trazem também que além da pobreza absoluta, e a pobreza relativa, é possível também mensurar a pobreza moderada, que consiste no atendimento às condições básicas, mas que não são suficientes para que uma determinada população ascenda socialmente.

Vale destacar aqui, a complexidade do tema que a pobreza traz, principalmente em países continentais como o Brasil. Sendo a pobreza um tema tão complexo de ser analisado, que pode variar conforme região, raça, etnia, época, economia, classificar uma população como pobre usando apenas os critérios de renda *per capita* e renda familiar traz ao indicador a insuficiência analítica para a produção de políticas públicas que façam com que essa população faça uma mobilização social permanente. A população privada da distribuição de recursos é mais suscetível a variáveis econômicas que produzem crises, e aumentam a pressão

inflacionária, além de fatores políticos que, na troca de governos, produz uma insustentabilidade nas políticas públicas direcionadas a essa população.

Segundo Costa (2008) e Escobar (2021), a pobreza pode ser medida também através da privação das capacidades. A teoria desenvolvida por Amartya Sen, faz uma relação da pobreza a privações de algumas liberdades básicas que ela traz aos indivíduos. Dentre essas liberdades, podemos citar a ausência do acesso a nutrição adequada, a alfabetização, onde o não saber ler e escrever priva o indivíduo de acessar diversas outras liberdades, ou até mesmo de não sofrer uma morte prematura. A teoria faz relevância que o acesso a essas liberdades básicas, não podem ser exclusivamente atribuídas ao baixo rendimento de uma população, decorrendo através da privação sistemática de acesso ao desenvolvimento humano e de relações interpessoais.

Em sua teoria, Sen (2000) reforça que a privação de capacidades não restringe a observação da pobreza excluindo o aspecto renda, já que a ausência de renda contribui para que um indivíduo encontre restrições e até inacessibilidade no acesso a outras liberdades e capacidades individuais, corroborando com o que Rocha (2008) traz sobre a pobreza, não podendo ser definida apenas com base nos rendimentos das famílias e na escassez de recursos, devendo levar em consideração também outras esferas, como sua intensidade frente à alta concentração de renda, trazendo o entendimento de que no Brasil, a pobreza é um fenômeno oriundo da falha na distribuição de recursos disponíveis, e não na escassez deles.

A pobreza multidimensional vem ampliar o olhar para além da pobreza unidimensional, já que essa, não é considerada um critério suficiente para medir o indicador. Na pobreza multidimensional, fatores como acesso à educação, saúde, nutrição, saneamento, moradia, passam a compor a base para determinação de uma população pobre, levando assim a melhoria na formulação de políticas públicas mais eficazes na busca por melhorias na vida dessa população. É importante ressaltar, que na pobreza multidimensional, aspectos que dificultam a mobilidade social de uma população, como a deficiência neurológica ou física, também entram no indicador de pobreza (Araujo; Morais; Cruz, 2013).

Aspectos como idade também podem influenciar na pobreza de um indivíduo, segundo Sen (2000). Um indivíduo idoso, apesar de ter rendas maiores do que a de um indivíduo jovem, pode estar em uma dimensão de pobreza maior, já que as necessidades e as despesas com saúde e mobilidade aumentam se comparado com as necessidades de um jovem. O autor também relata que aspectos culturais influenciam na privação ou acesso a liberdades de um indivíduo dentro do núcleo familiar, já que uma vez que os rendimentos de uma família sejam utilizados de forma desproporcional entre os membros, o núcleo negligenciado tende a perder possibilidade de converter a renda em liberdades, não sendo possível aferir o fenômeno olhando apenas o parâmetro da renda.

Sen (2000) traz outro aspecto que pode ilustrar a pobreza para além do aspecto renda: a excessiva mortalidade e das taxas de sobrevivência mais baixas para as mulheres em muitas partes do mundo, acentuando a existência da desigualdade dos sexos, retratada pelas baixas razões entre homens e mulheres na Ásia e na África setentrional a exemplo da China, onde o número de mulheres faltantes seria superior a 50 milhões.

Com a inserção do conceito de pobreza como um fenômeno multidimensional, segundo Fahel, Teles, Caminhas (2016), traz que a pobreza não leva mais em consideração apenas as restrições do acesso a meios e recursos, acolhendo um novo conceito de bem-estar, onde a pobreza passa a ser vista como a liberdade de escolha de um indivíduo de um estilo de vida ou outro, refletindo a capacidade que um indivíduo tem em escolher caminhos ou tomar decisões.

É de suma importância trazer que o tema da pobreza multidimensional exige políticas públicas sociais com maior nível de complexidade, para além da distribuição de renda. Essa configuração das políticas públicas consiste na reconfiguração do sistema de proteção social, sob a diretriz da pobreza multidimensional, tendo como propósito transformação estrutural e

melhorando suas efetividades na alteração da realidade de uma população (Fahel et al., 2016, p. 03).

Fahel et al., (2016), traz que o Brasil não é um país pobre, já que sua em relação a renda, cerca de 80% dos países do mundo possuem renda per capita menor do que a do Brasil, fazendo com que a pobreza do Brasil se caracterize devido à forte desigualdade na distribuição dos rendimentos a população, mostrando a existência de barreiras no enfrentamento da injustiça social, e a população em alto número com acesso apenas às condições mínimas de vida. Tais fatores mostram que o indicador pela pobreza multidimensional, é de suma importância para a promoção de políticas públicas que possam realmente promover o bem-estar dessa população.

Segundo Araujo et al., (2013), a pobreza multidimensional pode seguir diversas abordagens em sua análise, das quais podemos citar a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das privações das capacitações (Silva; Araujo; Justo; Campos, 2017, p. 11).

Para começar o debate sobre as abordagens da pobreza multidimensional, é importante ressaltarmos algumas das dimensões que fazem com que a pobreza unidimensional (aspecto renda), seja insuficiente para medir a pobreza de uma população, e até mesmo contribuinte para a formulação de políticas que possam fazer a mobilidade social dessa população. Segundo Ferrarini (2011), a pobreza multidimensional segue algumas dimensões a serem pautadas. Algumas das multidimensões da pobreza estão ligadas a dimensão econômica, que avalia a precariedade e falta de acesso a trabalho e renda; a dimensão social, que conecta com a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e consiste na fragilização de laços sociais e pertencimento à sociedade.

Sen (2000) aborda que o desemprego, a exemplo, possui efeitos muito mais abrangentes que vão além da perda de renda. O autor cita danos psicológicos, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidades e autoconfiança, além da perturbação e elevação das tensões nas relações familiares e sociais.

Pode-se citar como dimensão da pobreza, as limitações políticas de uma população, que conecta com o desconhecimento de direitos, limitação ao exercício do poder, ausência de articulação, dependência do estado e déficit na participação do cidadão na política de um país.

Outro aspecto dimensional avaliado é a dimensão cultural de uma população, onde o desconhecimento de origens e história, a própria desvalorização da cultura local, fragilidade na identidade cultural de uma população e a imposição de uma cultura, fazem com que uma determinada população seja considerada pobre conforme a pobreza multidimensional.

De acordo com Silva et al., (2017), a abordagem das necessidades básicas passou a ter relevância a partir da década de 1970, quando teóricos resolvem estabelecer parâmetros mínimos a cada dimensionalidade das necessidades básicas humanas, para considerar uma população pobre. A abordagem passou a encarar a pobreza não apenas como carência ou falta de algum recurso, mas como algo que não é indispensável.

Enquanto a abordagem das necessidades básicas é voltada para um índice mínimo e aceitável em cada dimensão estabelecida, a abordagem das capacitações aborda que a liberdade é um elemento considerável na vida das pessoas. A liberdade passa a ser um elemento básico e fundamental na vida das pessoas, trazendo o aumento da garantia das liberdades individuais garantindo com que uma população acesse os direitos básicos e mínimos para promoção do bem-estar social.

Com base na abordagem das capacitações, seria possível combater a pobreza, segundo Silva (2009, p. 64), com o fortalecimento de um sistema democrático, aumento das garantias e liberdades fundamentais, e relevância aos temas das “heterogeneidades pessoais, diversidades humanas e ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuição de família.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização da pesquisa, foi escolhido o campo da Feira da Madrugada, localizada nas imediações da Catedral da Sé, no Centro da cidade de Fortaleza - CE. Em média, a Feira da Madrugada possui em torno de 3.000 trabalhadores, onde, para realização desse estudo, foram aplicados 29 questionários fechados, com perguntas objetivas, e alternativas de respostas, onde o respondente poderia escolher apenas uma alternativa como resposta. A pesquisa foi conduzida presencialmente, por meio da aplicação direta de questionários estruturados aos trabalhadores da feira. Essa abordagem permite a coleta de dados de maneira sistemática, garantindo maior controle sobre as respostas e minimizando possíveis inconsistências.

A pesquisa de campo foi realizada no dia 04 de abril de 2025, no horário das 23h30 às 3h. Dentre as dificuldades encontradas durante a pesquisa, a rejeição dos feirantes em responder, ou dar atenção a aplicação dos questionários foi latente devido à noite chuvosa na presente data, ocorrida devido ao período chuvoso no litoral cearense, que compreende os meses de janeiro a maio, com intensificação nos durante os meses de março, abril e maio, que afetou o preparo dos feirantes na estrutura de suas barracas para comercialização das roupas. Outro fator de interferência foi a conciliação da aplicação do questionário com os atendimentos aos clientes, já que a feira foi o próprio campo de pesquisa e aplicação do questionário. No horário compreendido, e devido à chuva, não estavam presentes todos os feirantes que atuam na feira, já que havia a previsibilidade deles de uma baixa na movimentação de clientes para o dia.

Os dados coletados serão analisados por meio de média e porcentagem, com a tabulação dos questionários aplicados e cruzamento de dados por meio do Excel, para construção de tabelas e gráficos com os dados para interpretação dos resultados com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico dos feirantes e identificar as características do trabalho. Para análise da pobreza multidimensional, foi utilizado o IPM (Índice de Pobreza Multidimensional), para estabelecer o nível de pobreza da população respondente. De acordo com o índice, o indivíduo que tiver mais de 03 privações no acesso aos direitos básicos, é classificado na linha da pobreza multidimensional. Apesar do uso do índice, não aprofundaremos sua abordagem, nos apoiando na medida realizada pela PNUD/OPHI, segundo pesquisa abordada por Peres (2013).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil socioeconômico dos feirantes

Essa pesquisa foi composta por 29 respondentes, dos quais 63% são moradores de Fortaleza, e os outros 37% residem em outras cidades. Tal indicador mostra que para além da influência na capital cearense, a feira possui alta relevância e importância para cidades que compõem a região metropolitana da cidade de Fortaleza, atraindo trabalhadores dos bairros periféricos da capital e das cidades no seu entorno.

Quanto ao gênero 67,9% são mulheres, e 32,1% são homens mostrando uma predominância do sexo feminino no trabalho informal das feiras, trazendo uma privação de acesso ao trabalho formal e qualificado por essas mulheres. Ainda, destes respondentes, 50% se consideram pardos, 32,1% brancos, 17,9% pretos, 3,6% e 3,6% se consideram amarelo e indígena respectivamente. Com relação à idade, 32,1% têm entre 46 e 55 anos, 25% estão entre 36 e 45 anos, e 3,6% têm idade superior a 56 anos, mostrando alta taxa de pessoas com idade acima de 35 anos. Em relatos informais, os feirantes que compõem a faixa etária acima dos 40 anos de idade, relatam que a motivação que levou os mesmos a migrarem pro trabalho informal foi a perda do trabalho formalizado, com vínculo a CLT (Consolidação das leis trabalhistas), encontrando dificuldade de recolocação no mercado de trabalho devido a idade.

Com relação a escolaridade dos respondentes, 49% têm ensino fundamental completo, 27% têm o ensino médio completo, 16% têm o ensino fundamental incompleto ou equivalente, 6% com ensino superior incompleto e 2% com ensino superior incompleto ou equivalente, desse total, 92,9% sabem ler e escrever, os outros 7,1% não sabem nem ler nem escrever. Tal indicador retrata uma privação que trás como consequencia a marginalização do indivíduo no acesso ao mercado formal de trabalho, assim como a baixa escolarização exigida por esse tipo de trabalho, corroborando com o que Durães (2020) tráz em seu debate, assim como a modernização do trabalho informal através da entrada de profissionais mais qualificados para o desempenho das atividades.

Com relação ao estado civil, 57,1% são casados, 42,9% são solteiros e 7,1% estão em união estável, dos quais 88,9% são responsáveis pelo seu domicílio, sendo que 35,7% não tem filhos, 25% tem um filho, 17,9% tem dois filhos, 10,7% tem três filhos e o restante dos respondentes, 10,7% tem 4 filhos ou mais.

No quesito de moradia, 53% dos respondentes moram em sua casa própria, já 46% residem em imóveis alugados e 1% em um imóvel emprestado.

Dos que residem em casas de aluguel, a grande maioria dos respondentes pagam entre R\$401,00 e R\$600,00 com despesas de moradia, enquanto 25% custeiam entre R\$601,00 e R\$800,00 com despesas de moradia. Apesar de termos um alto volume de respondentes com moradia própria, um alto percentual de feirantes que ainda pagam aluguel na sua moradia possui alta corrosão de renda com a despesa. Dos respondentes que residem em imóveis próprios, conseguiram o imóvel de diferentes maneiras, alguns exemplos são financiamento, herança de família ou com o trabalho na feira.

Com relação ao imóvel, 89,3% das paredes são de alvenaria/taipa com revestimento, enquanto 10,7% são de alvenaria sem revestimento. Na parte do telhado, 66,7% são compostos por telha sem laje de concreto, 29,2% com telha com laje de concreto e 4,1% somente com laje de concreto. Quanto ao piso do imóvel, 92,9% são feitos de cerâmica, lajota ou pedra, e 7,1% de cimento. Com relação aos quartos reservados para dormitórios, 57,1% possuem dois cômodos, 25% possuem um e 17,9% possuem três cômodos.

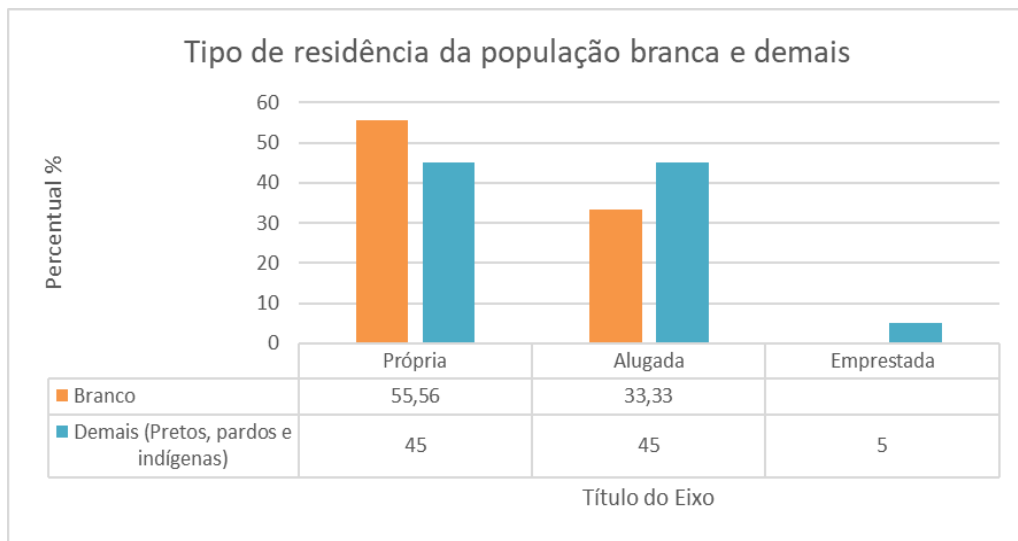
A maioria dos respondentes contam com a rede de abastecimento geral no seu domicílio, 89,3%, os demais contam com poços. Já com relação a energia elétrica, todos são atendidos pela rede geral.

Com relação a moradia, os feirantes residem em geral, em bairros mais periféricos de Fortaleza e cidades da região metropolitana, concordando com o que Silva (2021) aborda em sua pesquisa sobre a indústria de confecções de Fortaleza. No quesito da qualidade da moradia, a pesquisa mostra que os feirantes possuem ainda, carência de acesso a moradia de qualidade, já que a grande maioria ainda não possui acesso à habitação adequada aos parâmetros que regem o Programa MCMV (Minha Casa Minha Vida), por exemplo.

Ainda sobre a moradia, é possível perceber que apesar da maioria dos moradores possuírem acesso a casa própria, existe um alto percentual de moradores que utilizam parte de sua renda para custear a locação de moradia, possuindo assim, restrição da renda e impossibilidade de converter esse valor para atender a outras liberdades individuais e fundamentais para que esse indivíduo faça sua mobilidade social, de acordo com a pobreza multidimensional.

Com relação aos respondentes que possuem imóveis próprios, 55,56% são de pessoas que se consideram brancas, enquanto que 45% são pertencentes aos demais (pretos, pardos e indígenas). Já as residências que são alugadas, a maioria são de pretos, pardos e indígenas com 45% do total, enquanto que 33,33% são de pessoas brancas. Já 5% dos respondentes residem em um imóvel emprestado, como pode ser visualizado no gráfico 1 abaixo.

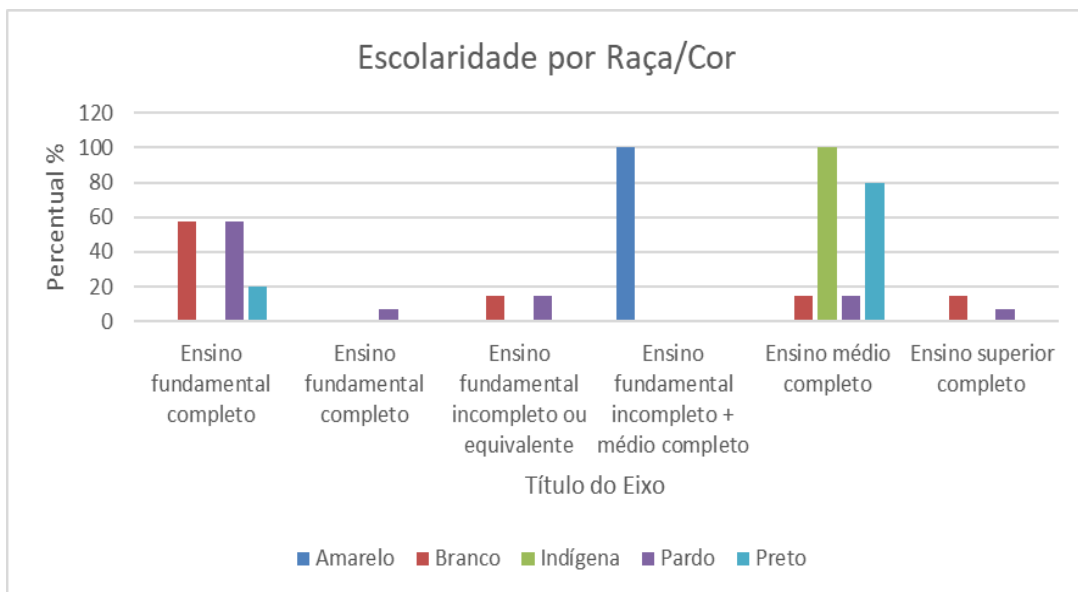
Gráfico 7: Tipo de residência da população branca e demais



Fonte: Dados do campo, 2025.

Em relação à escolaridade, os percentuais da amostra analisada mostram que a população branca e parda tem a mesma formação de ensino fundamental completo, 57,14% cada, enquanto a população preta tem 20%, e os outros 80% da população preta possui o ensino médio completo. O mesmo se observa na formação de ensino fundamental incompleto ou equivalente com 14,29% para brancos e o mesmo percentual para pardos, já com ensino fundamental completo, apenas a população de pardos com 7,14%. Os que se consideram amarelos possuem ensino fundamental incompleto ou equivalente, e 14,29% dos pardos possuem o ensino médio completo, assim como os brancos com o mesmo percentual. Com ensino superior, apenas dois grupos afirmaram ter o grau de instrução: os brancos com 14,29% e os pardos com 7,14%, como mostra o gráfico 2 a seguir.

Gráfico 8: Escolaridade por raça/cor



Fonte: Dados do campo, 2025.

A pobreza multidimensional pode ser entendida como a privação de capacitações básicas, indo além do indicador de renda e analisando outros índices de pobreza (Araújo; Morais; Cruz, 2013). A escolaridade dos respondentes evidencia a falta de acesso ao ensino superior, com apenas dois grupos dos respondentes possuindo o ensino superior de maneira muito tímida. 14,29% dos brancos e 7,14% dos pardos possuem ensino superior, sendo uma privação de liberdade importante (Sen, 2010), na mobilidade social de um grupo de indivíduos. É importante ressaltar que a ausência da educação traz não só a carência de conhecimentos acadêmicos, mas a exclusão do trabalho formal e qualificado, bem como do assalariamento, comprometendo o alcance da satisfação de outras liberdades individuais.

É importante ressaltar que conforme a pesquisa trouxe, a população de respondentes da Feira da Madrugada, possui uma minoria étnica branca. Enquanto a população de pretos e pardos que responderam à pesquisa correspondem juntos 67,9% dos respondentes, a população branca corresponde a 32,1%, mostrando maioria da população atuante na feira de pretos e pardos, sugerindo impacto na aferição da renda dos trabalhadores da feira. A maioria étnica da pesquisa corrobora com os dados do último censo divulgado pelo IBGE acerca da população por raça e cor no Estado. A população que se declara como parda e preta totaliza 64,7% da população residente no Estado, enquanto 27,9% se declara como brancos. É relevante trazer que segundo o censo, o Estado do Ceará compõe 183 dos 184 municípios com maioria populacional parda e preta, enquanto Fortaleza se qualifica como a terceira maior população parda dos municípios do país, totalizando 1.456.901 pessoas que se declaram pertencentes a etnia.

Tal ponto nos leva a justificar a elevação na renda dos pretos e pardos presentes na Feira da Madrugada, devido a representatividade da sua população nesse espaço, que provoca a necessidade de uma segunda análise posterior a pesquisa na busca pela compreensão das barreiras que levam essa população a não acessar o nível superior, e elevar sua mobilidade social através da melhoria no acesso de suas liberdades individuais.

Quadro 01: PNAD 2024: Grau de instrução conforme idade, raça e cor

Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução				
Variável - Pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas)				
Ano - 2024				
Brasil e Unidade da Federação	Nível de instrução	Cor ou raça		
		Total	Branca	Preta ou parda
Brasil	Total	176081	74630	99445
	Sem instrução	8088	2359	5616
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	43316	15548	27359
	Ensino fundamental completo ou equivalente	14894	5812	8940
	Ensino médio incompleto ou equivalente	14265	4992	9127
	Ensino médio completo ou equivalente	55611	22499	32537
	Ensino superior incompleto ou equivalente	9436	4805	4517
	Superior completo	30471	18614	11350
Ceará	Total	7577	1907	5583
	Sem instrução	702	153	537
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	2012	411	1581
	Ensino fundamental completo ou equivalente	650	140	502

	Ensino médio incompleto ou equivalente	697	131	558
	Ensino médio completo ou equivalente	2282	550	1704
	Ensino superior incompleto ou equivalente	349	124	223
	Superior completo	885	398	478
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre				

Ainda sobre educação, é importante ressaltar que apesar das limitações que o estudo trás em sua metodologia, os resultados trazem clareza ao indicador de educação da população preta e parda, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD), divulgada no 2º trimestre. No Brasil, o índice de analfabetismo na população preta e parda é maior do que na população branca, mantendo-se baixa nos níveis de escolaridade mais alta, como ensino superior. Segundo o estudo da PNAD, a proporção de brancos com escolaridade mais alta é maior do que a população preta e parda, ondem 20% da população branca possui nível de ensino superior, enquanto apenas 11,4% da população preta e parda possui o mesmo grau de instrução.

No quadro 02, podemos visualizar que os dados do presente estudo corroboram com os dados da PNAD contínua, divulgada no primeiro trimestre do ano 2025, para o indicador renda e escolaridade. É possível observar que os pretos e pardos que atuam na feira possuem rendimentos mais altos do que os brancos, puxado pelo alto percentual da população que se declaram pretos e pardos. A medida que a escolaridade aumenta, os rendimentos da população aumentam também, melhorando as capacidades individuais, travando o indicador na não acessibilidade ao ensino superior. Ainda sim, mesmo o Estado do Ceará tendo uma elevação nos rendimentos conforme aumento do grau de escolaridade de sua população, a média salarial continua abaixo da média nacional, apresentando uma diferença de 22,18% para o ensino superior, e 37,7% para o as pessoas sem nível de instrução.

Quadro 02: PNAD 2024: Rendimento médio com base no nível de instrução

Tabela 5438 - Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente e efetivamente recebidos no trabalho principal e em todos os trabalhos, por nível de instrução									
Variável - Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido no trabalho principal (Reais)									
Trimestre - 1º trimestre 2025									
Brasil e Unidade da Federação	Nível de instrução								
	Total	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	Ensino fundamental completo ou equivalente	Ensino médio incompleto ou equivalente	Ensino médio completo ou equivalente	Ensino superior incompleto ou equivalente	Ensino superior completo ou equivalente	Não determinado
Brasil	3318	1510	1799	2109	2002	2483	3008	6424	-
Ceará	2197	941	1174	1317	1322	1769	2654	4999	-

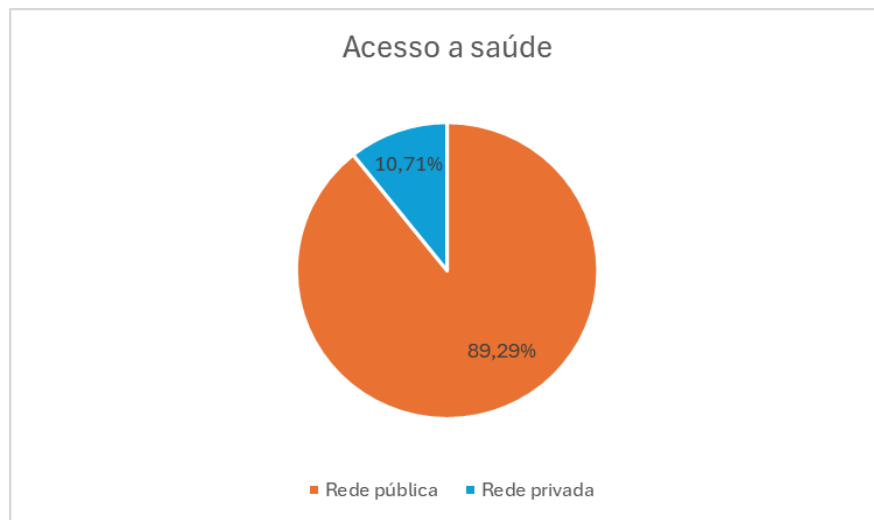
Com relação ao gênero e a inserção no mercado de trabalho formal e informal, 94,74% dos respondentes do gênero feminino têm sua renda através do trabalho informal, e 5,26% dos respondentes possui na composição da renda o trabalho formal e informal, sendo a maior fonte de renda oriunda das atividades informais e do trabalho na Feira da Madrugada. Já no caso dos homens, sua renda é composta totalmente pelo setor informal, 100% dos homens que responderam ao questionário dessa pesquisa, tem sua renda composta pela feira, através da comercialização e produção de peças de confecção. Os dados mostram que a renda da maioria dos respondentes advém do setor informal, o que acarreta condições de precariedade, já que esses trabalhadores não têm acesso aos benefícios que o emprego formal com carteira assinada teria, como o décimo terceiro, férias remuneradas e auxílio se algum acidente acontecer, segundo Ferrarini (2011), essa questão trata-se de uma das multidimensões da pobreza ligada à dimensão econômica. A perda do trabalho formal e a migração desses trabalhadores formais mostra o impacto que a reestruturação produtiva e do capital desenha na trajetória laboral desses indivíduos, onde a não recolocação no mercado de trabalho e a ausência do alcance a liberdades individuais levam o trabalhador a buscar na margem seus meios de sobrevivência.

Com relação ao rendimento familiar mensal, nessa pesquisa, os que se consideram pardos possuem o maior rendimento, com 2.622,00 reais, logo depois, os que se consideram pretos com rendimento de 2.087,25 reais, os que se consideram brancos com 1.771,00 reais, e os indígenas com 1.518 reais. É importante ressaltar que a maioria dos respondentes foram pardos, levando a problemática da metodologia utilizada, com seleção de amostragem por conveniência. O número de brancos e outras etnias respondentes não foi suficiente para representar a renda real dessa classe, elevando assim os rendimentos dos pretos e pardos na análise comparativa.

Dessa renda, a contribuição da feira representa como principal fonte de renda 58,20%, enquanto 35,60% servem como complementação da renda familiar e 6,20% como renda extra eventual.

O acesso à rede pública pela maioria dos respondentes (vide tabela abaixo) traz a luz da importância que o SUS (Sistema Único de Saúde) possui para esses trabalhadores, sendo a política estatal o meio de atender a uma fundamental e importante liberdade individual, contribuindo para a elevação da expectativa de vida e melhoria da qualidade de vida do indivíduo, apesar dos respondentes considerarem a necessidade de melhoria do sistema, conforme o gráfico abaixo. Com relação aos indicadores de saúde, 57,14% dos respondentes classificaram como péssimo, 21,43% como regular, 17,86% como ruim e 3,57% como bom.

Gráfico 13: Acesso a saúde



Fonte: Dados do campo, 2025.

A inserção na Feira da Madrugada se deu por vários motivos, como pode ser visualizado no quadro 14, 32,14% dos respondentes indicaram que se inseriram na feira através de indicação familiar, seguido pelo sonho de empreender que são 28,57% e a busca por maiores ganhos com 28,57%, e no caso do desemprego com 7,14%. O elevado percentual de trabalhadores que migram para o trabalho informal com o sonho de empreender e busca por maiores ganhos mostra que o mercado de trabalho formal para esses trabalhadores não seria suficiente para atender as suas liberdades, sendo presente no discurso da maioria dos trabalhadores o acesso a moradia própria como principal fator que os levariam a uma melhoria social. A maioria dos respondentes estão na feira há mais de um ano, variado o tempo entre eles, dos 29 respondentes 8 estão na feira entre 73 meses e 120 meses, 7 estão há mais de 120 meses, 6 estão entre 37 e 72 meses, 6 está entre 13 e 36 meses, e 1 está a menos de 12 meses.

Não menos importante, é importante ilustrar como os trabalhadores estão submetidos em relação as condições de trabalho. Devido as condições climáticas, os trabalhadores relataram em conversas informais que preferem o horário da madrugada, já que não estariam expostos ao sol, contudo, não descartando a precariedade da estrutura física disponível pra que eles conduzam suas atividades.

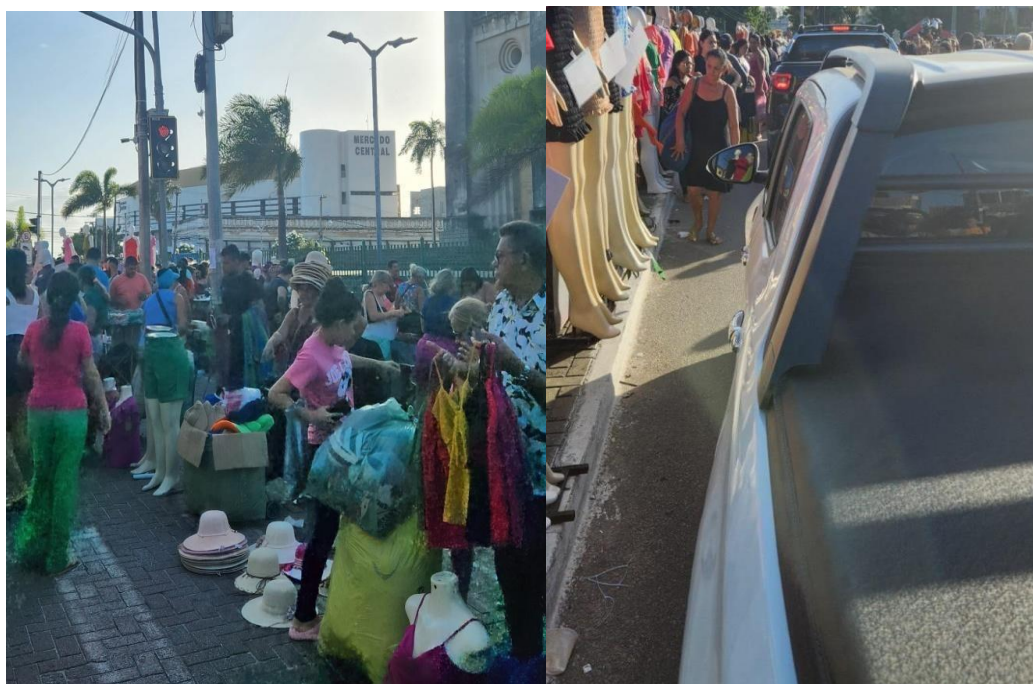
Abaixo, figuras 2 e 3, captadas em campo, com a estrutura improvisada na feira pelos feirantes, retratando a dinâmica do trabalho exercido e a improvisação das condições para exercerem as atividades laborais.

Figura 2: Improvisação da estrutura para exposição de mercadorias e realização da atividade laboral



Fonte: Dados do campo, 2024/2025.

Figura 3: Exposição de mercadorias no espaço público e convivência com atividades urbanas



Fonte: Dados do campo, 2024.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral caracterizar o trabalho informal dos feirantes da Feira da Madrugada e suas conexões com a pobreza multidimensional. E, como objetivos específicos: Identificar o perfil socioeconômico dos feirantes; descrever as formas e condições de trabalho dos pesquisados; conectar as dimensões da pobreza presentes nos trabalhadores informais da Feira da Madrugada. Para atingir os objetivos estabelecidos, foram realizados 29

questionários com os feirantes com aplicação direta em campo, no dia e horário de realização dela.

Ao analisar os resultados da pesquisa, diagnosticamos por meio desta, que a Feira da Madrugada em Fortaleza possui características peculiares, quando comparada com outras feiras do setor de confecção nordestino. Mais da metade dos respondentes possui imóvel próprio e quitado, mostrando que ao longo de sua trajetória os mesmos conseguiram alcançar a realização da compra da moradia, fator que contribui para que não haja corrosão da renda já precária dos trabalhadores da feira. Em quase 100% de sua totalidade, os respondentes utilizam o serviço de saúde público via SUS (Sistema Único de Saúde), mas consideram o serviço de regular a péssimo, caracterizando a falta de acesso a um sistema que atenda suas necessidades em sua totalidade.

Podemos observar também que na feira, as mulheres possuem menos horas trabalhadas do que os homens, mas o contexto inverte quando somadas as horas de atividade doméstica realizada, apontando para uma alta responsabilização da mulher no papel dos cuidados domésticos e no complemento da renda familiar. Sobre a renda per capita das famílias, a pesquisa mostra que os pardos e negros possuem maiores rendimentos do que os brancos, contudo, é importante ressaltar que o fenômeno pode ter ocorrido pelas limitações da metodologia de pesquisa, por conta da seleção da amostragem por conveniência.

É importante trazer que apesar das limitações do estudo, ele cumpre bem com as respostas aos objetivos propostos ao início desse trabalho. Sobre a precarização do trabalho informal, a coleta das fotografias nos permite visualizar que existe sim a característica precária adjetivada no trabalho dos feirantes, como a ausência de estrutura básica para realização do exercício laboral, conforto para contingências que venham ocorrer, ausência de banheiros nos arredores, que proporciona ergonomia e atendimento de necessidades básicas aos trabalhadores, conectando-se bem ao que os teóricos trazem em suas pesquisas acerca do trabalho de rua e a acentuação da precariedade adjetiva a esse trabalho. Também podemos citar a estrutura improvisada para exposição e oferta das mercadorias, sendo muitas vezes, o corpo humano principal expositor das peças a serem comercializadas, tal improviso foi realizado desde a formação da feira nos anos 90, na busca pela facilidade de fuga das fiscalizações e apreensões de mercadoria promovidas pelo poder público.

Além disso, o horário de funcionamento da feira durante a madrugada, traz também interferências na qualidade de vida do trabalhador, uma vez que estes, possuem necessidades fisiológicas comprometidas, como o sono, sendo o horário, uma das atenuantes para elevação da precarização do trabalho na feira. Além disso, os horários recebem intervenções do poder público com frequência, na busca pela melhoria no fluxo do trânsito local, não levando em conta na maioria das vezes as necessidades dos feirantes.

Outro ponto importante, é que o ambiente da feira promove a insegurança do feirante quanto aos rendimentos, já que a renda é baseada na produtividade do mesmo e no fluxo comercial, gerando instabilidade e ausência de provisionamento da arrecadação de recursos financeiros., assim como o risco a acidentes e eventos que condizem com a precariedade da segurança pública no local.

Dentre as limitações da pesquisa, é preciso ressaltar que a análise quantitativa acerca do tema, limitou a percepção de diversas nuances abordadas pelos trabalhadores, não contempladas no questionário estruturado, sendo de maior relevância a realização, para esse tipo de estudo quantitativo, a seleção da população por amostragem estratificada ou por cotas, cujas não foram utilizadas devido à ausência do acesso aos dados a respeito dos feirantes.

As contribuições do estudo realizado vão além de diagnosticar o perfil socioeconômico dos feirantes. A análise da precariedade do trabalho informal nos permite criticar a forma como o sistema capitalista e o Estado vem formatando o mercado de trabalho, necessitando um olhar mais atenuado para a classe trabalhadora a fim de promover políticas públicas de inclusão, formalização, e acesso a condições dignas para realização do trabalho laboral. Utilizar a pobreza multidimensional colabora para que possamos analisar para além do indicador renda, utilizando o estado de bem estar social alcançado pelo indivíduo, com acesso à moradia, educação, saúde, lazer, entre outros direitos básicos. Um trabalhador pode ter uma renda média acima da linha de pobreza quando observado o aspecto renda, mas o não acesso a direitos básicos, pode considerá-lo pobre quando observado sob a ótica da pobreza multidimensional, conforme aborda Amartya Sen em sua teoria.

Um importante achado da pesquisa, é que, mesmo a população respondente tendo acesso moradia, saúde educação, é possível observar que a privação parcial do acesso a essas liberdades e outras, continua marginalizando os trabalhadores informais a linha da pobreza multidimensional, o que pode contribuir de forma atenuante a formulação de políticas públicas mais eficazes e abrangentes no quesito dos direitos básicos, que atenda as especificidades de um determinado território, possibilitando melhoria na mobilidade social de uma determinada população.

Para futuros estudos, deixo como sugestão a realização de uma pesquisa qualitativa, observando como o contexto pandêmico, no ano de 2020, afetou aos trabalhadores, visto que mais de 50% dos respondentes possuem menos de 05 anos de ingresso na feira, levando ao questionamento acerca do impacto da pandemia na vida desses trabalhadores.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M. A. Autoempreendedorismo e o trabalhador por conta própria: Um estudo nas facções de jeans no Agreste Pernambucano. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, 2022.

ALVES, M. Sobrevivência ambulante no espaço urbano: informalidade na feira José Avelino, em Fortaleza - Ceará. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ARAÚJO, J.; MORAIS, G.; CRUZ, M. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. Revista Ciências Administrativas, v. 19, n. 1, p. 85-120, 2013.

BARROS, R. P; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R; A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 1-38, jun. 2000.

COSTA, F. D. Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas – um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 88-119, dez. 2008.

ESCOBAR, T. H. Combate à pobreza e o desenvolvimento do Estado: uma análise dos direitos humanos à luz dos ensinamentos de A. Sen. 2021. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

FAHEL, M; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda: Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 823-865, jul./set. 2016;

FERRARINI, A. V. Multidimensionalidade da pobreza e a integração de políticas: concepções e metodologias para o desenvolvimento social. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v. 12, n. 101, p. 48-63, 2011.

GONÇALVES, L. A. A; Entre a norma urbana e a resistência: a espacialidade do comércio ambulante de confecção no Centro de Fortaleza – Ceará. Revista GeoUECE, v. 3, n.1 Especial (2014), p. 128-148. Fortaleza: UECE, 2014.

MASCARENHAS, G. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 2, n. 4, p. 72-78, jan./jun. 2008. multidimensional no Brasil no período de 2009 a 2015. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 9-24, 2017.

PEREIRA, Ana Márcia Batista Almeida; FREIRE, Claudia. O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES EM CARUARU-PE.. In: Anais do Encontro Nacional da ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia. Anais...Uberlândia (MG) Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/abet_trabalho2021/349303-O-TRABALHADOR-POR-CONTA-PROPRIA-NA-PRODUCAO-DE-CONFECÇÕES-EM-CARUARU-PE. Acesso em: 22/09/2025

SAMPAIO, F. A Feira da Madrugada na evolução histórica e comercial do centro de Fortaleza (Ceará). (Trabalho de Conclusão de Curso), Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2020.



SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A. F.; ARAÚJO, J. A.; JUSTO, W. R.; CAMPOS, K. C. Análise da pobreza multidimensional no Brasil no período de 2009 a 2015. Revista econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 9-24, 2017.

SILVA, A. M.R. Um estudo sobre pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil. 2009. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SOUZA, B. S. De espaço da produção à comercialização: centro fashion Fortaleza. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

TOLOSA, H. C. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos oitenta. Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro, n. 226, 1990. v. 22, n. 3, p. 541-560, Rio de Janeiro, 1992.